



Processo Nº: 2020/443

Requerente: VEREADORA RAQUEL MORAES (DO POSTO)

Assunto: PROJETO DE LEI

RELATÓRIO

O expediente versa sobre proposição legislativa de autoria de vereadora com assento na nobre Câmara Municipal, cujo mérito trata de instituir mês comemorativo municipal.

Em atenção às medidas adotadas pela administração para enfrentamento da crise pandêmica COVID-19, (arts. 2º e 3º da Ordem de Serviço nº 004/2020), o expediente tramita exclusivamente em formato digital. Constan dos autos virtuais os seguintes documentos em anexo:

001 solicitação via email (pdf, 1 página);

002 projeto de lei (pdf, 2 páginas).

PARECER

Os Municípios são entes dotados de autonomia política para legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II). A Constituição vigente não contém nenhuma disposição que situe a fixação de datas comemorativas e eventos municipais à reserva de iniciativa do Poder Executivo, de modo que. No âmbito municipal, a Lei Orgânica refere a possibilidade de criação de eventos comemorativos públicos da seguinte forma:

Art. 7º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

*I - legislar sobre assuntos **de interesse local**;
(...)*

A competência da Câmara Municipal para iniciativa de projetos sobre matérias gerais cuja competência não seja reservada ao Poder Executivo pode ser deduzida a partir das disposições da Lei Orgânica Municipal:

*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, **com a sanção do Prefeito**, sobre todas as matérias da competência do Município, (...).*

Grifamos.

A interpretação dessas regras sugere que a proposta em exame não está fora da esfera de atuação institucional do Poder Legislativo, sendo requisito apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito. Dito isso, considerando o escopo do projeto de lei em análise, qual seja, a instituição de período comemorativo no âmbito municipal, entendemos que não há óbice jurídico para tal proposição por iniciativa da Câmara de Vereadores.

Ao quanto compete nossa manifestação técnica, cumpre ainda anotar que à Câmara de Vereadores é vedada *a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal*. Nesse sentido:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

*DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, **ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública**, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, com **a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal**. Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).*

No mérito, a quanto se observa do projeto de lei anexo, não se vislumbra propriamente criação de qualquer serviço específico a ser executado compulsoriamente pela administração municipal e, de modo geral, os atos que o projeto propõe autorizar não se encontram no rol dos atos administrativos que efetivamente não podem ser praticados sem prévia autorização legislativa (ex. alienação de patrimônio, art. 17 da Lei nº 8.666/93).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos, e precedentes jurisprudenciais apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as devidas diligências.

Parecer exarado em 17 de agosto de 2020

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257